

Mapeamento Sistemático da Produção Científica recente em Governança Pública

Rodrigues da Silva, Marcelo
Vicentin, Ivan Carlos

Mapeamento Sistemático da Produção Científica recente em Governança Pública
Administração Pública e Gestão Social, vol. 16, núm. 3, 2024 Universidade
Federal de Viçosa
Disponível em: <https://apgs.ufv.br>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivar 4.0 Internacional.

Mapeamento Sistemático da Produção Científica recente em Governança Pública

Systematic Mapping of recent Scientific Production in Public Governance

Mapeo Sistemático de la Producción Científica reciente en la gobernanza pública

Marcelo Rodrigues da Silva
Instituto Federal do Paraná
marcelo.silva@ifpr.edu.br

Ivan Carlos Vicentin
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
vicentin@utfpr.edu.br

Recepción: 08/10/2023
Aprobación: 07/12/2023
Publicación: 30/09/2024

Resumo

Objetivo da pesquisa: Este artigo realiza um mapeamento sistemático da produção científica, uma modalidade de estudo bibliométrico, sobre o tema governança pública, dos artigos das bases Scopus e Web of Science, no período de 2018 a 2022.

Enquadramento teórico: Mapeamento sistemático da produção científica – análise bibliométrica sobre governança pública.

Metodologia: Submissão de *string* de busca nas bases, geração de arquivos com dados bibliométricos; mescla de dados das bases e retirada de dados duplicados visando gerar relatório bibliométrico. Análise quanto ao ano de publicação do artigo, país de origem, número de citações por país e por artigo, número de colaborações entre autores de países diferentes, número de artigos por país, por autor e por revista, índice de impacto do autor, coocorrência de palavras-chave e redes de cocitação.

Resultados: A área de governança pública apresenta tendência de crescimento, é uma temática presente em pesquisas ao redor do mundo inteiro, com intensa colaboração entre países da América do Norte, Europa, Ásia e Oceania. A coocorrência de palavras-chave permitiu identificar *clusters* que indicam subáreas de pesquisa como inovação, política pública, redes e coprodução. Em relação às redes de cocitação, foi possível identificar que o autor Osborne é a principal referência na área.

Originalidade: Governança Pública comporta diferentes abordagens e entendimentos o que gera temáticas diversas de pesquisa. Não se identificou estudos bibliométricos do tipo mapeamento sistemático sobre este tema.

Contribuições teóricas e práticas: Este artigo contribui para o desenvolvimento crítico da área de governança pública ao auxiliar os pesquisadores a definir caminhos de estudos futuros a partir dos resultados do mapeamento sistemático.

Palavras-chave: Governança Pública, Administração Pública, New Public Management, Coprodução

Abstract

Research objective: This article carries out a systematic mapping of the scientific production, a modality of bibliometric study, on the theme of public governance, of the articles of the Scopus and Web of Science databases in the period from 2018 to 2022.

Theoretical framework: Systematic mapping of scientific production – bibliometric analysis on public governance.

Methodology: Submission of search *string* in the databases; generation of files with bibliometric data; merging data from the databases; removal of duplicate data to generate bibliometric report. Analysis of the article's publication year, country of origin, number of citations per country and paper, number of collaborations between authors from different countries, number of articles per

country, author and journal, author impact index, co-occurrence of keywords, and co-citation networks.

Results: The area of public governance shows a growing trend; it is a theme present in research around the world, with intense collaboration between countries in North America, Europe, Asia, and Oceania. The co-occurrence of keywords allowed the identification of *clusters* that indicate subareas of research, such as innovation, public policy, networks, and co-production. About the co-citation networks, it was possible to identify that the author Osborne is the primary reference in the area.

Originality: Public Governance encompasses different approaches and understandings, which generates different research themes. No bibliometric studies of the systematic mapping type on this topic were identified.

Theoretical and practical contributions: This article contributes to the critical development of public governance by helping researchers define paths of future studies based on the results of systematic mapping.

Keywords: Governance in the public sector, Public Administration, New Public Management, Co-production

Resumen

Objetivo de investigación: Este artículo realiza un mapeo sistemático de la producción científica, modalidad de estudio bibliométrico, sobre el tema de gobernanza pública, de los artículos de las bases de datos Scopus y Web of Science, en el período de 2018 a 2022.

Marco teórico: Mapeo sistemático de la producción científica – análisis bibliométrico sobre la gobernanza pública.

Metodología: Envío de *cadena* de búsqueda en las bases de datos, generación de archivos con datos bibliométricos; fusión de datos de las bases de datos y eliminación de datos duplicados para generar informe bibliométrico. Análisis del año de publicación del artículo, país de origen, número de citas por país y por artículo, número de colaboraciones entre autores de diferentes países, número de artículos por país, por autor y por revista, índice de impacto del autor, co-ocurrencia de palabras clave y redes de co-citación.

Resultados: El área de gobernanza pública muestra una tendencia creciente, es un tema presente en investigaciones de todo el mundo, con una intensa colaboración entre países de América del Norte, Europa, Asia y Oceanía. La co-ocurrencia de palabras clave permitió la identificación *de clusters* que señalan subáreas de investigación como innovación, políticas públicas, redes y coproducción. En relación a las redes de co-citación, se pudo identificar que el autor Osborne es el principal referente en el área.

Originalidad: La Gobernanza Pública abarca diferentes enfoques y comprensiones, lo que genera diferentes temas de investigación. No se identificaron estudios bibliométricos del tipo mapeo sistemático sobre este tema.

Contribuciones teóricas y prácticas: Este artículo contribuye al desarrollo crítico del área de gobernanza pública, ayudando a los investigadores a definir caminos de futuros estudios basados en los resultados del mapeo sistemático.

Palabras clave: Gobernanza en el sector público, Administración Pública, Nueva Gestión Pública, Coproducción

1 Introdução

A governança pública se mostrou de vital importância no contexto de crise provocada pela pandemia da COVID-19, dadas as repercussões econômicas, de saúde e social que resultou em uma interdependência territorial na tomada de decisões em todos os níveis do governo (local, regional, nacional e mundial) e dos diferentes atores estatais e não estatais (Girao, 2021). Neste cenário de mudanças, em que se demanda um novo papel de Estado, aliado a uma nova visão de administração pública, a governança pública se estabelece (Silva & Vicentin, 2018).

Muitas questões relevantes relacionadas à governança pública permanecem sem resposta uma vez que a implementação de uma ideia inovadora em uma situação real difere de sua concepção (Broccardo et al., 2019). Goshovska et al. (2021) observam que muitos poderes públicos ainda utilizam de uma forma de governo burocrática ocasionando problemas para a governança pública. Dentro da governança pública, problemas de comunicação e coordenação geram custos e impactam os diferentes atores e partes interessadas (Brender et al., 2017). A literatura tem se concentrado em como os cidadãos podem estar envolvidos na prestação de serviços e dedicado menos atenção a outras formas de comunicação entre governo e cidadão (Barbera et al., 2016).

O objetivo do artigo é analisar a produção científica em governança pública no período de 2018 a 2022, por meio de um mapeamento sistemático da produção científica, uma modalidade de estudo bibliométrico, feito nas bases Scopus e Web of Science.

O estudo da governança pública se justifica pela promoção da eficiência da máquina pública, redução do desperdício de recursos públicos, contribuição para o desenvolvimento econômico e elevação da qualidade de vida e do bem-estar da sociedade (Santos & Rover, 2019). Embora o interesse pelas ideias oriundas da governança pública possa ser observado em diversos países, a aplicação também em governos locais pode ser particularmente interessante (Radzik-Maruszak, 2016). Estudos bibliométricos podem contribuir para o desenvolvimento crítico da área de pesquisa ao auxiliar os pesquisadores a definir caminhos de estudos futuros a partir dos estudos do passado (Lopes Junior et al., 2022).

O artigo está estruturado da seguinte forma: o capítulo 2 aborda a teoria da governança pública; o capítulo 3 relata os aspectos metodológicos do estudo de mapeamento; no capítulo 4 é realizada a análise dos resultados; e, por fim, o capítulo 5 trata das considerações finais seguido das referências.

2 Governança Pública

A discussão sobre governança remonta à década de 30, momento em que se identificou que o distanciamento entre a propriedade e controle das empresas fez com que surgissem conflitos de agência – quando os objetivos dos proprietários e administradores não coincidem. Desde então, foram criadas estruturas de governança e desenvolvidos princípios para minimizar os conflitos de agência (Teixeira & Gomes, 2019). A partir da governança corporativa foi desenvolvida a governança pública, inicialmente como uma tentativa por parte de entidades nacionais e internacionais de adaptação dos princípios de governança corporativa à esfera pública (Silva & Vicentin, 2018). A governança pública como conceito foi objeto de estudo por parte de diversos autores brasileiros e internacionais, bem como de entidades ao redor do mundo ao longo dos anos – para uma revisão conceitual da Governança Pública ver Teixeira & Gomes (2019); para definições de Governança Pública por autores nacionais e internacionais ver Silva & Vicentin (2018); para definições de Governança Pública por instituições internacionais ver Nakazato et al. (2021).

O presente artigo tem como marco teórico o Editorial *The New Public Governance?* da revista *Public Management Review* elaborado por Stephen P. Osborne (2006) em que é apresentada a estrutura conceitual da Nova Governança Pública e argumenta-se que a administração pública passou por três modelos dominantes – a Administração Pública tradicional, do final do século XIX até o final da década de 1970 e início dos anos 1980; um segundo modelo, da *New Public Management* – NPM, até

o início do século XXI; e um terceiro emergente, da *New Public Governance* – traduzido como Nova Governança Pública, doravante denominado como Governança Pública.

O modelo da Administração Pública Tradicional, tem inspiração weberiana e, por meio da separação entre propriedade privada e pública, os especialistas que compõem a burocracia tomam as decisões necessárias ao funcionamento da máquina pública, com base no conhecimento científico enquanto os cidadãos não especialistas participam somente por meio de eleições que produzem os governos (Osborne, 2006). Por sua vez, o modelo da NPM, conforme Hood (1991), buscou reformas do setor público visando horizontalizar, descentralizar e abrir à participação da sociedade utilizando uma lógica de mercado e importação de processos gerenciais das empresas privadas para a administração pública.

Com base nas críticas e adaptações dos modelos da administração pública tradicional e da NPM e buscando a permanência de mecanismos participativos voltados à capacidade do governo na produção de melhores resultados sociais é que Osborne (2006) aborda a governança pública a partir da sociologia organizacional e da teoria de redes, para uma natureza plural e pluralista do Estado, tendo por ênfase processos e saídas de serviços estabelecidos em contratos de confiança por meio de relacionamentos contínuos.

Posteriormente, Osborne (2010) editou um livro, com o mesmo título do editorial de 2006, onde diversos autores discutem a temática da governança pública em cinco partes: (i) perspectivas teóricas sobre governança pública; (ii) governança e parcerias interorganizacionais para a entrega de serviços públicos; (iii) governança das relações contratuais; (iv) governança de redes interorganizacionais; e (v) governança de redes de políticas. O fio condutor do livro de Osborne (2010) é que a Governança Pública captura os desafios da prestação de serviços públicos dentro de sistemas fragmentados e que tais desafios englobam todo o mundo, embora não sejam os mesmos em todas as partes do globo. Ainda, o autor não defende que a Governança Pública seja a “melhor maneira” de implementar políticas e entregar serviços públicos, mas que os desafios postos podem ser abordados dentro do espaço fragmentado, interorganizacional e contestado do setor público.

A Governança Pública pode ser vista como uma teoria que se tornou predominante ao lado da NPM nos anos 2000 (Grossi & Pianezzi, 2018). A perspectiva da NPM buscava uma inversão do excesso de burocracia, hierarquia e centralidade encontradas nas administrações públicas, sendo então, trazidos os princípios empresariais de eficiência, eficácia, redução de gastos e descentralização culminando da parte do Estado com o controle de gastos públicos, a revisão das responsabilidades da administração pública, a privatização e a adoção de tecnologia da informação (Oliver-Mora & Iñiguez-Rueda, 2016). Greve e Pedersen (2017) ainda destacam que esse tipo de gestão era baseado no alcance dos resultados e valores do mercado. O cidadão passou a ser visto como cliente e isso fez com que as instituições mantivessem o foco na qualidade da prestação de serviços e buscassem resultados positivos no setor público, pois eram responsáveis pelo atendimento das demandas da população (Fanelli & Lanza, 2017).

No entanto, a implementação prática dos pressupostos da NPM não provocou uma melhora clara no funcionamento do setor público em muitos países (Radzik-Maruszak, 2016). Conforme Bao et al. (2013), a estrutura governamental ainda não estava propícia a esse tipo de gestão, gerando conflitos que permitiram a entrada da Governança Pública, como um modelo voltado para o atendimento real das necessidades dos cidadãos. Conforme Kissler e Heidemann (2006), o avanço da discussão da governança pública se deu devido às condições insatisfatórias dos modelos adotados pelas administrações públicas até então, que, com pouca abertura de espaço para atendimento às questões sociais e restrição da participação do cidadão nos processos decisórios, privilegiavam a eficiência e qualidade da gestão.

A governança pública ganha força em um cenário em que as diversas crises de proporções mundiais, em que uma parte significativa dos países não foi capaz de financiar a burocracia e fornecer serviços públicos ao mesmo tempo, fizeram com que os Estados mudassem suas formas de atuação

para garantir o bem-estar da sociedade por meio de desenvolvimento econômico, competitividade e eficiência dos mercados nacionais (Silva & Vicentin, 2018).

Nos últimos 40 anos, diante de críticas em face do declínio do modelo do Estado de bem-estar e a crescente complexidade dos bens públicos a serem fornecidos, os governos ocidentais tem buscado implementar reformas no serviço público (Brender et al., 2017), sendo a governança pública a reforma mais atual (Rhodes, 2016) e que busca responder às restrições fiscais oriundos dos desafios da globalização e a crescente desconfiança dos cidadãos em governos eleitos democraticamente (Sørensen & Torfing, 2017), de forma que o Estado moderno aumente a transparência na administração pública e ofereça suporte para a proteção das diversas esferas da vida de seus cidadãos, como saúde, educação, questões econômicas e sociais (Akimova et al., 2020).

Com base em Silva e Vicentin (2018), pode-se inferir que a governança pública se baseia em três ideias centrais: (i) capacidade do Estado de execução de políticas públicas; (ii) reformulação das relações entre Estado e demais atores sociais; (iii) reformas na estrutura e gestão dos governos para considerar as interações entre o Estado e os diversos atores sociais.

A governança pública impacta positivamente no crescimento econômico de longo prazo visto que sua implementação pode afetar a dinâmica da atividade empresarial, influenciando diretamente o ambiente econômico; por meio do desenvolvimento de infraestrutura e apoio à geração de pesquisa e inovação (Bayar, 2016; Lobonç et al., 2021). Na tradição weberiana, a governança pública se baseia na atuação eficiente, sem atrasos, corrupção ou outras distorções dos atores estatais, ou seja, a governança pública se relaciona com o comportamento do governo na proteção do interesse público (Jia et al., 2019).

Na governança pública, o indivíduo não é visto apenas como um cliente interessado na prestação de serviços públicos, mas como um cidadão que demanda um envolvimento direto nos processos de tomada de decisão do governo (Radzik-Maruszak, 2016). Para Osborne (2010) a governança pública é uma resposta à complexidade e fragmentação das políticas públicas e prestação de serviços no século XXI, assim, torna-se mais importante a inclusão das partes interessadas no processo de tomada de decisão, desde a definição dos objetivos até a decisão de como atingi-los.

Nesse sentido, Girao (2021) define governança pública como as relações de cooperação e coordenação por meio de redes mistas, públicas e privadas, entre os atores do estado e não estatais para a conquista do bem comum. Desta forma, um aspecto essencial na governança pública é a participação, seja de indivíduos, seja de grupos organizados – homogêneos ou heterogêneos em relação às características sociais, visando melhorar a qualidade da tomada de decisões (Noreikienė & Žilinskas, 2017).

Diante disso, os governos não estão mais sozinhos no processo de tomada de decisões e sim em um ambiente de atuação mais amplo que inclui uma pluralidade de atores, cabendo aos governos um papel ativo na liderança do processo buscando o atendimento das diversas expectativas ou um papel passivo sendo forçado pelas circunstâncias a adotar determinado curso (Fanelli & Lanza, 2017). A participação dos cidadãos é influenciada pela consciência cívica individual – alta consciência visualiza a participação como um dever enquanto baixa consciência cívica acredita não poder influenciar a governança pública – e pelas dificuldades impostas à participação, como o tempo dedicado e custos financeiros (Noreikienė & Žilinskas, 2017).

A governança pública se distingue de outros modelos pelas dimensões que lhe são próprias: (i) valores norteadores: democracia deliberativa, valor público das decisões e coprodução das decisões; (ii) estrutura: deslocamento do poder, redes e coordenação; e (iii) processos: eficiência e eficácia e *accountability* (Pereira & Ckagnazaroff, 2021). Na mesma linha, Buta e Teixeira (2020, p. 389), entendem governança pública como “arranjos de natureza pública que permitem a participação de todos os interessados, sob a coordenação do Estado, na solução dos problemas comuns, possibilitando assim a entrega de serviços públicos de qualidade, bem como o controle social”.

Assim como o conceito de governança pública é abrangente, são inúmeros os princípios ligados à governança pública. No Brasil, Silva e Vicentin (2018) identificaram que os principais princípios de governança pública são transparência, prestação de contas, integração, equidade, responsabilidade,

cumprimento das leis, ética, legitimidade e eficiência. Além desses, pode-se verificar que outros princípios são também explorados pelas instituições governamentais estrangeiras, como controle de riscos, espírito de liderança dos gestores, inovação e visão estratégica da administração (Nakazato et al., 2022).

A boa governança, conforme Almeida-Santos et al. (2018, p. 229), “é a chave para compreender o crescimento econômico e o bem-estar social de países em desenvolvimento” e, entre os indicadores da boa governança, os autores destacam a comunicação, a informação e o acesso à informação pública. Por outro lado, a má governança e as práticas corruptas tornam-se uma das principais razões pelas quais os governos dos países em desenvolvimento não conseguem traduzir o gasto público, ainda que em altos volumes, em serviço público de alta qualidade (Setyaningrum et al., 2017).

Um pré-requisito essencial para a boa governança é a confiança (Taylor et al., 2020). Em pesquisa que relacionou governança pública, corrupção e qualidade do serviço público, Setyaningrum et al. (2017) demonstraram que uma boa governança pública está associada a uma menor corrupção; e a redução da corrupção está associada à alta qualidade do serviço público; ainda, os autores demonstraram que os princípios de transparência e responsabilidade são os princípios mais importantes para reduzir a corrupção, já que a falta de transparência cria uma oportunidade de utilização de recursos públicos para ganhos pessoais.

Pode-se afirmar que a boa governança pública se refere a arranjos eficazes colocados em prática, como arranjos políticos, econômicos, sociais, ambientais e administrativos, para garantir que os resultados pretendidos para as partes interessadas sejam definidos e alcançados (Taylor et al., 2020). Desta forma, a governança pública é orientada para os impactos sociais e ambientais das decisões e ações das organizações, tendo o governo um papel central nas redes nas quais as partes interessadas buscam influenciar os resultados das políticas públicas (Ma et al., 2017).

3 Aspectos metodológicos

O mapeamento sistemático da produção científica pode apresentar um grande potencial para os pesquisadores e profissionais interessados na temática ao prover uma visão abrangente de diferentes tópicos da área de estudo a partir das publicações científicas (Kitchenham et al., 2010). A publicação em periódicos científicos indexados em bases de dados internacionais representa o corpo de conhecimento produzido pelos pesquisadores de determinada área (Menezes & Caregnato, 2018; Sousa & Fontenele, 2019). O mapeamento permite estabelecer conexões entre os artigos publicados e dessa forma auxilia o campo de estudos a compreender novos temas e tendências e estabelecer novas rotas de pesquisa (Carvalho et al., 2019; Zupic & Čater, 2015).

O mapeamento sistemático é um levantamento bibliométrico, sendo assim um estudo secundário, que visa identificar os estudos de uma determinada área a fim de identificar as contribuições e lacunas da temática e aumentar a compreensão da produção de conhecimento em um campo específico (Dias et al., 2020; Klock, 2018; Moro dos Santos & Alves, 2020). Para Kitchenham et al. (2010) o mapeamento sistemático apresenta, dentre outras, as seguintes características: (i) questão de pesquisa generalista, que busca as tendências de pesquisa, quais pesquisadores, qual a atividade e quais tipos de estudos; (ii) processo de pesquisa por área; e (iii) resultados apresentam um conjunto de artigos da área em diversas categorias.

Em um mapeamento sistemático as etapas da pesquisa são: planejamento, execução e análise dos resultados (Klock, 2018). No planejamento são definidos os seguintes critérios: (i) *string* de busca; (ii) tipo de documento; (iii) ano de publicação e (iv) bases a serem consultadas.

No presente mapeamento sistemático foi utilizada a seguinte *string* de busca: "public governance" OR "governance in the public sector" OR "governance in public sector" OR "governança pública" OR "governança aplicada ao setor público" OR "governança no setor público". O único tipo de documento aceito para compor o mapeamento sistemático foi artigo revisado por pares (Dias et al., 2020; Kitchenham et al., 2010). Quanto ao ano de publicação, para identificar a produção científica recente

foram escolhidos os últimos cinco anos – de 2018 a 2022. Em relação às bases utilizadas, dada a cobertura na área de Ciências Sociais Aplicadas, bem como permitir a exportação de dados bibliométricos completos em arquivos para tratamento em software, foram escolhidas as bases *Scopus* e *Web of Science* (Carvalho et al., 2019; De Abreu et al., 2021; Lopes & Farias, 2020; Quevedo-Silva et al., 2016; Sousa & Fontenele, 2019).

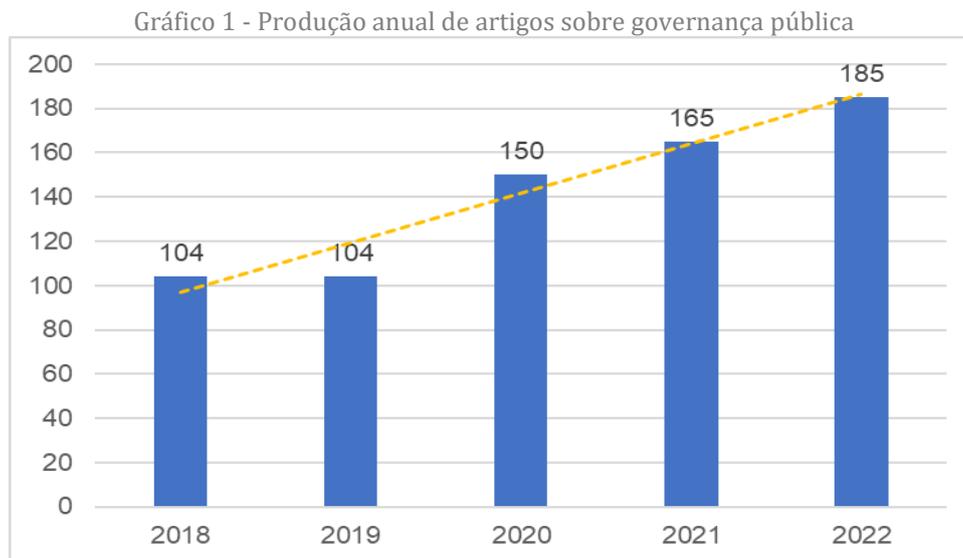
A execução seguiu o protocolo proposto por Baldam (2021), qual seja: geração de arquivos com dados brutos nas bases de dados; mesclar dados das bases, retirar dados duplicados, gerar relatório bibliométrico e proceder a análise. Para esta última etapa, utilizou-se o software de apoio Bibliometrix com a interface Biblioshiny (Aria & Cuccurullo, 2017). O levantamento foi feito em janeiro e fevereiro de 2023.

A análise se deu pelas seguintes variáveis: ano de publicação do artigo, país de origem, número de citações por país e por artigo, número de colaborações entre autores de países diferentes, número de artigos por país, por autor e por revista, índice de impacto do autor dentre os artigos que compõem a amostra, coocorrência de palavras-chave e redes de cocitação.

4 Análise dos resultados

A aplicação da string de busca na base *Scopus* retornou 571 documentos enquanto na base *WoS* retornou 589 documentos. Após eliminação dos artigos duplicados (452 documentos) restaram um total de 708 documentos que compuseram a amostra analisada.

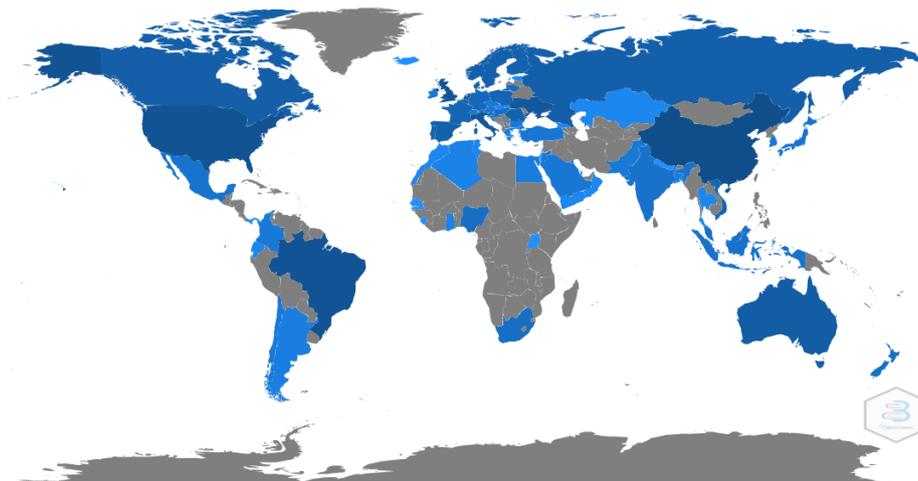
A produção anual de artigos com a temática de governança pública, dentro do período pesquisado, encontra-se disposta no Gráfico 1.



O Gráfico 1 permite inferir que a área de governança pública apresenta número consistente de artigos no período, com mais de uma centena de artigos em todos os anos pesquisados. A linha de tendência (linha pontilhada na cor laranja) indica que a temática está em crescimento.

Sob o prisma da produção de artigos científicos por país, a Figura 1 identifica no mapa mundi quais países publicaram trabalhos no período pesquisado.

Figura 1 - Produção científica em governança pública por país



Fonte: Autoria própria (2023) com o software Bibliometrix

Um total de 67 países que produziram artigos em governança pública aparecem em azul e, quanto mais escuro o azul, maior o número de artigos produzidos. Ao visualizar o mapa da Figura 1, apreende-se que todos os continentes pesquisam sobre governança pública, o que permite concluir que se trata de temática de interesse mundial.

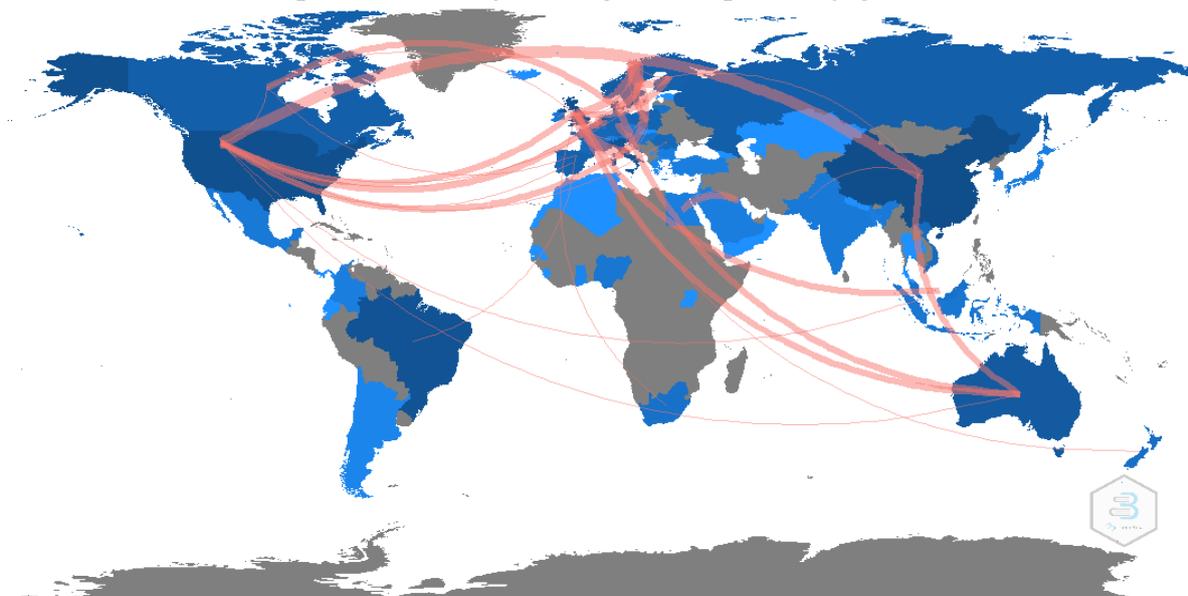
Contudo, os dez países com maior número de publicações – China (68), Reino Unido (45), Brasil e Estados Unidos (44), Itália (36), Países Baixos (27), Dinamarca e Ucrânia (26), Austrália (21) e Rússia (19) – correspondem a 50,28% da produção mundial sobre a temática, assim, percebe-se que existe elevada concentração da produção em alguns países.

Já em relação ao número de citações, 60 países receberam ao menos uma citação em seus documentos mapeados considerando um total de 3.613 citações. Identifica-se alta concentração de publicações em alguns países: se tomado os seis países com maior número de citações – Estados Unidos (398), China (373), Países Baixos (301), Itália (300), Reino Unido (290) e Dinamarca (242) – apura-se que estes países acumulam 52,70% das citações. Se for considerado os dez países com mais citações – acrescentando à lista anterior a Espanha (180), Singapura (151), Austrália (145) e Ucrânia (95) – chega-se à 68,50% do total de citações nesses países.

O Brasil se configura como o 3º maior produtor de artigos científicos em governança pública (44), porém, aparece apenas em 21º em relação às citações (40), o que denota que, embora numerosa a produção científica nacional, não resulta em um alto impacto na comunidade científica. Um possível fator para a não presença de Brasil entre as primeiras posições pode ser a questão do idioma português que se configura como um fator limitador, já que o inglês é a língua predominante na ciência internacional.

O último resultado sob a ótica de países, diz respeito à colaboração entre autores de países diferentes: na amostra selecionada ocorreram 293 colaborações envolvendo um total de 75 países. A colaboração entre autores é também chamada de coautoria e, conforme Hilário, Grácio e Guimarães (2018), abre a possibilidade de pesquisas com diferentes abordagens, maior rigidez e densidade. Na Figura 2, são destacados no mapa mundi os fluxos de colaboração entre países com pelo menos duas ocorrências, sendo a espessura do fluxo maior quando existe maior episódios de colaboração entre os países.

Figura 2 - Colaboração entre países em governança pública



Fonte: Autoria própria (2023) com o software Bibliometrix

As maiores frequências de colaborações ocorrem entre países europeus: Dinamarca e Noruega; Holanda e Bélgica; e Reino Unido e Itália – 6 colaborações entre os países citados. O Reino Unido e os Estados Unidos são os países que mais estabelecem colaboração com outros países. O Brasil aparece com apenas um fluxo no Mapa 2, realizado com a França, contudo, estabeleceu ainda colaboração com a Argentina, Espanha, Itália, Nova Zelândia e Suécia (não consta no Mapa 2 por ser somente uma coautoria com cada país citado). A não colaboração entre países diferentes tende a deixar de se explorar diferentes realidades e pode prejudicar o impacto dos artigos publicados pelo Brasil.

Em relação aos autores de artigos sobre governança pública dentro do mapeamento realizado, têm-se que o conjunto de artigos pesquisado teve 1.631 autores, sendo 180 em documentos de autoria única e 1.451 autores de documentos de autoria múltipla. A Tabela 1 indica os autores mais produtivos, ou seja, quais autores mais produziram artigos no período pesquisado, tendo como critério de corte ter publicado pelo menos 5 artigos no período, de forma individual ou em coautoria. Ainda na Tabela 1 é indicado o impacto, noção relevante em bibliometria que relaciona o número de citações recebidas pelo autor com o número de trabalhos publicados (Sousa & Fontenele, 2019), por meio do índice *h-index* e o número de citações dos mesmos.

Tabela 1 - Autores mais produtivos sobre governança pública

Posição	Autor	País	Artigos	<i>h-index</i>	Citações
1	Torfig, Jacob		8	5	186
2	Kovač, Polonca		7	4	25
3	Ravšelj, Dejan		7	3	9
4	Sørensen, Eva		6	4	164
5	Aristovnik, Aleksander		6	3	18
6	Grossi, Giuseppe		5	3	34
7	Umek, Lan		5	3	9

A partir da Tabela 1 pode-se verificar que a área de governança pública apresenta baixa concentração do número de artigos relativamente à autoria, ou seja, nenhum autor se apresenta com número elevado de artigos de modo a concentrar a produção da área. O autor Jacob Torfig da Dinamarca é o mais produtivo e o de maior impacto, considerando tanto o *h-index* quanto o número de citações. Destaca-se ainda a produção oriunda da Eslovênia, mais precisamente da Universidade

de Liubliana, de onde se originam os autores Polonca Kovač, Dejan Ravšelj, Aleksander Aristovnik e Lan Umek. O Brasil não conta com nenhum autor na lista dos mais produtivos na temática de governança pública, embora, conforme afirmado anteriormente, seja o terceiro país do mundo em produção de artigos.

Sob o prisma dos artigos mais citados, a Tabela 2 enumera os artigos mais citados no mapeamento realizado, considerando como linha de corte ter pelo menos 50 citações.

Tabela 2 - Artigos mais citados sobre governança pública

Posição	Título	Autores	Ano	Citações
1	<i>Transforming the public sector into an arena for co-creation: barriers, drivers, benefits, and ways forward</i>	Torfinng, J., Sørensen, E., & Røiseland, A.	2019	127
2	<i>Public governance, corporate governance, and firm innovation: an examination of state-owned enterprises</i>	Jia, N.; Huang, K. e Zhang, C.	2019	126
3	<i>Preparedness of countries to face COVID-19 pandemic crisis: Strategic positioning and factors supporting effective strategies of prevention of pandemic threats.</i>	Coccia M.	2022	85
4	<i>Improvement of the methodological approach to assessing the impact of public governance on ensuring the economic security of the State</i>	Akimova, L. et al.	2020	69
5	<i>(Re)defining public-private partnerships (PPPs) in the new public governance (NPG) paradigm: an institutional maturity perspective</i>	Casady, C. B. et al.	2020	64
6	<i>Public Governance and Corporate Fraud: Evidence from the Recent Anti-corruption Campaign in China</i>	Zhang, J.	2018	63
7	<i>AI governance in the public sector: Three tales from the frontiers of automated decision-making in democratic settings</i>	Kuziemski, M. e Misuraca, G.	2020	61
8	<i>Implications of the use of artificial intelligence in public governance: A systematic literature review and a research agenda</i>	Zuiderwijk, A.; Chen, YC. e Salem, F	2021	61
9	<i>Understanding co-production as a new public governance tool</i>	Sorrentino, M., Sicilia, M., e Howlett, M.	2018	51

A partir do conjunto de artigos mais citados, Tabela 3, fica demonstrado que a área de governança pública possui diferentes abordagens como a relativa à área econômica (Akimova et al., 2020); à relação entre a esfera pública e privada (Casady et al., 2020; Jia et al., 2019; Zhang, 2018); ao uso de inteligência artificial no setor público (Kuziemski & Misuraca, 2020; Zuiderwijk et al., 2021); às formas de implementação de governança pública – cocriação (Torfinng et al., 2019) e coprodução (Sorrentino et al., 2018); e, ainda, à relação entre governança pública e o enfrentamento da pandemia da COVID-19 (Coccia, 2022).

No artigo mais citado, Torfinng et al. (2019) iniciam elencando falhas que a *New Public Management* (NPM) não foi capaz de resolver na Administração Pública e questionam qual teoria suportaria uma nova abordagem do setor público. Argumentam no sentido de que a teoria denominada Nova Governança Pública, elaborada por Stephen Osborne (2006, 2010) é uma alternativa promissora e bem descrita que, embora tenha sido testada empiricamente em democracias liberais avançadas, não apresenta adesão de profissionais do setor público. No entanto, os autores identificam que a noção de cocriação captura aspectos fundamentais da NGP e floresce em muitos países, em especial no nível local. O artigo tem como objetivo explorar até que ponto a cocriação oferece um caminho viável para o setor público nos próximos anos.

O conceito de cocriação defendido é de um processo através do qual dois ou mais atores públicos e privados tentam resolver um problema, desafio ou tarefa compartilhada através de uma troca

construtiva de diferentes tipos de conhecimentos, recursos, competências e ideias que melhoram a produção de valor público em termos de visões, planos, políticas, estratégias, marcos regulatórios ou serviços, seja através de uma melhoria contínua de saídas ou resultados ou através de mudanças inovadoras que transformem a compreensão do problema ou tarefa em questão e levem a novas formas de resolvê-lo (Torfing et al., 2019).

O segundo artigo mais citado investiga a relação entre inovação e o risco de agência, que é impactado pela governança corporativa e pela governança pública. Jia et al. (2019) focaram a pesquisa no risco moral de os agentes buscarem a inovação que é mais facilmente capturada por métricas objetivas (como contagem de patentes) ao invés de buscarem inovação que possa trazer maiores vantagens competitivas bem como capacidade de sobrevivência no longo prazo da organização e como as ferramentas de governança corporativa e pública reduzem esse risco. A verificação da teoria se deu em empresas estatais chinesas. A governança pública é tratada no artigo como uma característica do sistema político, dentro da ótica weberiana da administração pública racional e legal (em oposição a um sistema patrimonialista). Nesse sentido, uma governança pública de alta qualidade implicaria em diretores de empresas estatais (agentes) que cumpririam mais diligentemente o papel do Estado (principal) reduzindo o risco de agência.

O terceiro artigo mais citado é também o mais recente da lista e trata da questão da pandemia do COVID-19. Coccia (2022) avaliou a preparação de países europeus para enfrentar a crise gerada pela doença por meio de dois índices: resiliência (composto pelos indicadores ‘mortalidade média’, ‘ocupação hospitalar’ e ‘ocupação de UTI’) e preparação/prevenção (composto pelos indicadores ‘doses de vacinas administradas’ e ‘total de vacinados por 100 mil pessoas’). Os resultados sugerem que os países com melhor desempenho para lidar com a crise da pandemia de COVID-19 têm um tamanho menor da população e melhor governança pública, associada a altos gastos no sistema de saúde.

Em relação às revistas científicas com maior relevância em relação ao número de artigos publicados na temática de governança pública, de um total de 461 fontes diferentes, as 10 revistas de maior produção estão listadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Revistas científicas mais relevantes em governança pública

Posição	Revista	País	Artigos
1	<i>International Review of Administrative Sciences</i>		16
2	<i>Sustainability</i>		16
3	<i>International Journal of Public Administration</i>		12
4	<i>Public Management Review</i>		12
5	<i>Public Money & Management</i>		12
6	<i>Public Policy and Administration</i>		11
7	<i>Public Administration Issues</i>		10
8	<i>International Journal of Public Sector Management</i>		9
9	<i>Public Administration</i>		8
10	Administração Pública & Gestão Social		7

Na Tabela 3 é possível verificar o predomínio de revistas vinculadas à área de administração pública, porém aparecem também revistas da área de sustentabilidade, políticas públicas e economia. Em relação à distribuição geográfica das revistas, a maior parte encontra-se na Europa (Bélgica, Suíça, Reino Unido e Rússia) e apenas duas não pertencem à Europa, uma nos Estados Unidos e uma no Brasil.

Visando compreender as temáticas de pesquisas publicadas na revista Brasileira Administração Pública & Gestão Social – APGS construiu-se o Quadro 1.

Quadro 1 – Temas abordados nos artigos da Revista Administração Pública & Gestão Social

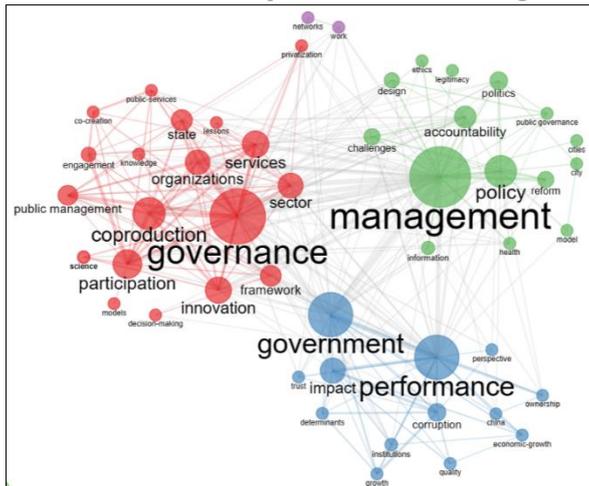
Artigo	Temática abordada
Almeida-Santos <i>et al.</i> (2018)	Os autores abordam o efeito da qualidade da governança pública sobre o sentimento de confiança da população nas instituições governamentais de países latino-americanos. Os resultados indicam que quanto melhor for a qualidade da governança pública maior é o sentimento de confiança dos cidadãos nas instituições governamentais.
Alves de Souza Matos, Amaral e Iquiapaza (2018)	Os autores propõem um indicador de governança utilizando variáveis orçamentárias e financeiras para avaliar o desempenho governamental dos estados brasileiros.
Rodrigues e Rodrigues (2019)	Os autores analisaram a relação entre a governança pública e as reeleições municipais em Minas Gerais em 2016 e concluíram que a possibilidade de reeleição não influencia os prefeitos a adotarem boas práticas de governança, contudo, prefeitos que adotam boas práticas de governança tendem a ser reeleitos.
Pascoal e Oliveira (2019)	Os autores avaliaram as práticas de governança pública adotadas pelos órgãos da Administração Pública Federal Brasileira por meio de pesquisa aplicada pelo Tribunal de Contas da União e concluíram que os órgãos da APFB estão dando os primeiros passos na adoção de melhores práticas de governança.
Rosa Filho, da Fonseca e Soares (2020)	Os autores investigaram a relação entre o Índice de Governança Municipal, adotado pelo Conselho Federal de Administração (CFA) e a classificação do rating de crédito nos municípios brasileiros, calculada por meio da metodologia desenvolvida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e identificaram influência positiva entre governança e classificação do rating de crédito nos municípios brasileiros.
Fernandes e Spohr (2020)	O artigo trata da administração da imigração no Brasil e não guarda relação com direta com a temática da governança pública, sendo que o termo só é citado uma vez como palavra-chave do artigo.
Cavalcante e Pereira (2022)	Os autores exploram os resultados oriundos de uma pesquisa conduzida pelo IPEA e a Universidade de Stanford chamada <i>Governance Project</i> para avaliar as dimensões da capacidade estatal frente aos resultados governamentais.

A partir do Quadro 1 pode-se verificar que as pesquisas brasileiras publicadas na revista APGS tem como lócus de estudos municípios e estados brasileiros, a Administração Pública Federal do Brasil e ainda países latino-americanos. Os artigos buscam relacionar a governança pública com outros temas, como a confiança nas instituições governamentais, a possibilidade de reeleição de prefeitos e uma melhor classificação em termos de crédito dos municípios. Destaca-se ainda o desenvolvimento e aplicação de indicadores de governança.

Assim, embora novamente se afirme que a pesquisa em governança pública é desenvolvida no mundo todo e que o Brasil conta com uma das revistas mais importantes da área, a publicação em periódicos ainda se dá na maior parte das vezes na Europa, com destaque para o Reino Unido.

Ao analisar todo o grupo de artigos pesquisados é possível identificar, de forma gráfica, a rede de coocorrência, permite identificar a estrutura de ideias, as interações, redes de conceitos e tendências de pesquisa (Sousa & Fontenele, 2019), conforme Figura 3.

Figura 3 - Rede de coocorrência de palavras-chave sobre governança pública

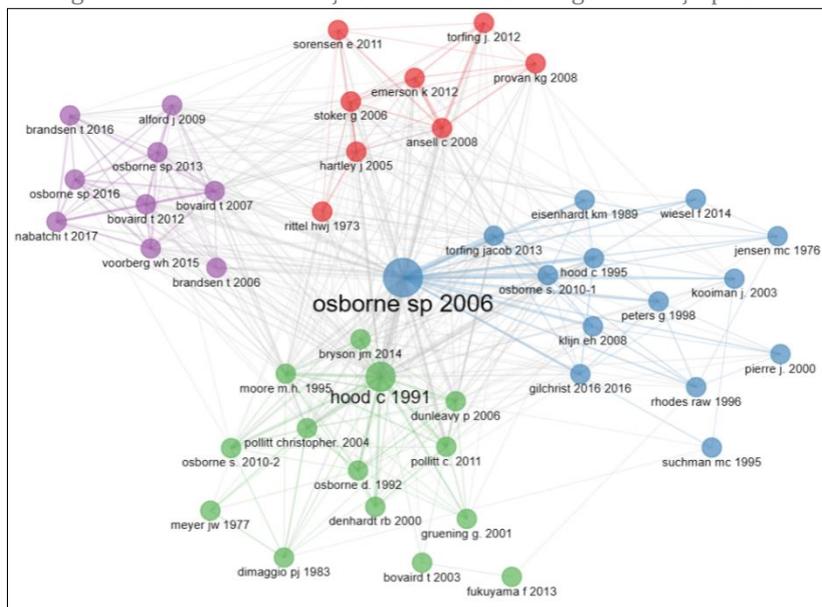


Fonte: Autoria própria (2023) com o software Bibliometrix

Ao analisar a coocorrência de palavras-chave mostrada na Figura 3, observa-se a formação de quatro *clusters*, cada qual com uma temática própria, sendo as principais palavras-chave de cada núcleo: (i) gestão, política pública e *accountability* – *cluster* verde, (ii) governança, organizações, serviços, inovação, participação e coprodução – *cluster* vermelho; (iii) performance, governo e impacto – *cluster* azul; e (iv) trabalho e redes – *cluster* roxo. Pode-se relacionar os *clusters* com as dimensões da governança listados por Pereira & Ckagnazaroff (2021): (i) valores norteadores: democracia deliberativa, valor público das decisões e coprodução das decisões; (ii) estrutura: deslocamento do poder, redes e coordenação; e (iii) processos: eficiência e eficácia e *accountability*. Assim, verifica-se que a pesquisa sobre governança pública, a partir das dimensões que a compõem, se desdobra em diferentes temáticas e comporta múltiplos olhares caracterizando a multidisciplinariedade da área de estudos.

O último resultado do mapeamento da produção recente sobre governança pública trata da rede de cocitação, que indica a periodicidade de duas referências citadas em conjunto, ou seja, se refere a uma medida de bibliometria que verifica a similaridade (Zupic & Čater, 2015). Na Figura 4 é mostrada a rede de cocitação gerada a partir dos artigos analisados.

Figura 4 - Rede de cocitação de autores sobre governança pública



Fonte: Autoria própria (2023) com o software Bibliometrix

As principais referências utilizadas nos artigos formaram a rede de cocitação da Figura 4, onde se identifica quatro *clusters*. O principal *cluster* é o azul formado por 14 obras, sendo a principal delas Osborne (Osborne, 2006), dessa forma, o assunto condutor desse cluster guarda relação com a Nova Governança Pública e seus antecedentes.

O segundo *cluster*, na cor verde, também é composto por 14 obras e tem como elemento central Hood (1991). A discussão norteadora do *cluster* é o paradigma da NPM. O terceiro *cluster*, de cor roxa, composto por 9 obras; e o quarto *cluster*, de cor vermelha, composto por 8 obras, discutem teorias que compõem a governança pública, como co-produção de serviços públicos na obra de Bovaird (2007), teorias complementares, como a obra de Ansell e Gash (2008), que aborda a governança colaborativa, bem como avanços, limitações e análises sobre governança pública.

O mapeamento da rede de cocitação é uma forma de articular os documentos e indicam as referências que mais aparecem no conjunto de artigos, os autores seminais e as correntes intelectuais permitindo *insights* sobre os padrões do campo de estudo (Carvalho et al., 2019). O autor Osborne está presente em três dos quatro *cluster* identificados, o que indica ser este autor a principal referência da área.

5 Conclusão

A governança pública se estabeleceu como um modelo de administração pública que comporta um novo papel de Estado em arranjos e redes em que participam cidadãos e demais partes interessadas. O artigo realizou um mapeamento sistemático, um tipo de estudo bibliométrico, sobre o tema governança pública, dos artigos das bases Scopus e Web of Science, no período de 2018 a 2022.

Os principais achados do mapeamento sistemático indicam que a área de governança pública apresenta elevado número de publicações com tendência de crescimento e é uma temática presente em pesquisas ao redor do mundo inteiro, com intensa colaboração entre países da América do Norte, Europa, Ásia e Oceania. Não se identificou autores que concentram grande número de publicações, contudo, a maioria dos autores identificados como mais produtivos também apresentam maiores impactos, considerando o índice *h-index*. O Brasil é um dos países que mais produzem artigos sobre governança pública, mas não aparece entre os mais citados e tampouco estabelece colaboração com os demais países. A revista científica brasileira Administração Pública e Gestão Social se destaca como uma das mais relevantes sobre a temática.

A coocorrência de palavras-chave permitiu identificar *clusters* que indicam a estrutura de ideias, as interações, redes de conceitos e tendências de pesquisa em governança pública. Verificou-se que a governança pública se desdobra em diferentes temáticas e comporta múltiplos olhares caracterizando a multidisciplinariedade da área de estudos, com destaque para a inovação, políticas públicas, redes e coprodução que se relacionam com as dimensões que formam a governança pública: valores norteadores, estrutura e processos. Em relação às redes de cocitação, foi possível identificar que o autor Osborne é a principal referência, contudo, dadas as diferentes abordagens e entendimentos de governança pública, existem diferentes concentrações de autores, o que confirma que o conceito de governança pública inclui diversas temáticas.

O artigo contribui para o desenvolvimento crítico da área de governança pública ao auxiliar os pesquisadores a definir caminhos de estudos futuros a partir dos resultados do mapeamento sistemático. A contribuição do artigo para o estudo da governança pública para a realidade brasileira reside na indicação de, embora se tenha volume de produção, existe a necessidade de aumento da relevância mundial da pesquisa nacional sendo caminhos possíveis a preferência de publicação no idioma inglês, a pesquisa colaborativa com os outros países a fim de explorar realidades diversas, bem como o uso de referencial teórico nacional e internacional.

Como estudos futuros, sugere-se a ampliação das bases de dados utilizadas, bem como o aprofundamento na discussão dos clusters formados a partir da coocorrência de palavras-chave sobre governança pública.

Referências

- Akimova, L., Akimov, O., Mihus, I., Koval, Y., & Dmitrenko, V. (2020). Improvement of the methodological approach to assessing the impact of public governance on ensuring the economic security of the State. *Financial and Credit Activity: Problems of Theory and Practice*, 4(35), 180–190. <https://doi.org/10.18371/fcaptp.v4i35.221969>
- Almeida-Santos, P. S., Dani, A. C., Dal Magro, C. B., Matias-Pereira, J., & Zonatto, V. C. da S. (2018). Efeitos da Qualidade da Governança Pública no Sentimento de Confiança da População em Países da América Latina. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(4), 228–238. <https://doi.org/10.21118/apgs.v10i4.1794>
- Ansell, C., & Gash, A. (2008). Collaborative Governance in Theory and Practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 18(4), 543–571. <https://doi.org/10.1093/jopart/mum032>
- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), 959–975. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>
- Baldam, R. (2021). *Science Mapping (Bibliometria) with R Studio, Bibliometrix and International Indexes*. Ufes: Vitória. <http://cope.ufes.br>
- Bao, G., Wang, X., Larsen, G. L., & Morgan, D. F. (2013). Beyond New Public Governance. *Administration & Society*, 45(4), 443–467. <https://doi.org/10.1177/0095399712464952>
- Barbera, C., Borgonovi, E., & Steccolini, I. (2016). Popular Reporting and Public Governance: The Case of “Bilancio in Arancio” in Milan Municipality. In A. Hinna, L. Gnan, & F. Monteduro (Eds.), *Governance and Performance in Public and Non-Profit Organizations* (pp. 3–30). Emerald Group Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S2051-663020160000005001>
- Bayar, Y. (2016). Public governance and economic growth in the transitional economies of the European Union. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 12(48), 5–18. <https://rtsa.ro/tras/index.php/tras/article/view/480>
- Bovaird, T. (2007). Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services. *Public Administration Review*, 67(5), 846–860. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2007.00773.x>
- Brender, N., Yzeiraj, B., & Dupuy, F. (2017). Risk and accountability: Drivers for change in network governance. The case of school restaurants governance in a Swiss city. *Cogent Business & Management*, 4(1), 1–13. <https://doi.org/10.1080/23311975.2017.1384636>
- Broccardo, L., Culasso, F., & Mauro, S. G. (2019). Smart city governance: exploring the institutional work of multiple actors towards collaboration. *International Journal of Public Sector Management*, 32(4), 367–387. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-05-2018-0126>
- Buta, B. O., & Teixeira, M. A. C. (2020). Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. *Organizações & Sociedade*, 27(94), 370–395. <https://doi.org/10.1590/1984-9270941>
- Carvalho, M., Lopes, E. L., Freire, O. B. de L., & Pedron, C. D. (2019). Falha de serviços: Mapeamento de 10 anos de produção científica. *Teoria e Prática Em Administração*, 9(2), 106–120. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2019v9i3-43158>

- Casady, C. B., Eriksson, K., Levitt, R. E., & Scott, W. R. (2020). (Re)defining public-private partnerships (PPPs) in the new public governance (NPG) paradigm: an institutional maturity perspective. *Public Management Review*, 22(2), 161–183. <https://doi.org/10.1080/14719037.2019.1577909>
- Coccia, M. (2022). Preparedness of countries to face COVID-19 pandemic crisis: Strategic positioning and factors supporting effective strategies of prevention of pandemic threats. *Environmental Research*, 203, 111678. <https://doi.org/10.1016/j.envres.2021.111678>
- De Abreu, V. H. S., Turini, L. R., & Santos, A. S. (2021). Mapeamento de publicações científicas sobre sobre cidades resilientes. *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, 5(16), 56–69. <https://doi.org/10.15210/pixo.v5i16.18809>
- Dias, L. S. de A., Rosa, H. K., Comiotto, T., & Gasparini, I. (2020). A abordagem da aposentadoria no Ensino Médio: um mapeamento sistemático. *Revista de Ensino de Ciências e Matemática*, 11(1), 388–403. <https://doi.org/10.26843/rencima.v11i1.2515>
- Fanelli, S., & Lanza, G. (2017). A local authority governance model: the case of Parma and ‘MasterTown.’ *International Review of Public Administration*, 22(1), 1–13. <https://doi.org/10.1080/12294659.2016.1272319>
- Girao, A. G. (2021). The Impact of the COVID-19 pandemic on Latin American Public Governance: reflections and conclusions. *Revista Portuguesa de Ciência Política / Portuguese Journal of Political Science*, 15, 95–108. <https://doi.org/10.33167/2184-2078.RPCP2021.15/pp.95-108>
- Goshovska, V., Danylenko, L., Hachkov, A., Paladiiichuk, S., & Dzeha, V. (2021). Problems of Applying Information Technologies in Public Governance. *IJCSNS International Journal of Computer Science and Network Security*, 21(8), 71–78. <https://doi.org/https://doi.org/10.22937/IJCSNS.2021.21.8.10>
- Greve, C., & Pedersen, A. R. (2017). Denmark’s Master of Public Governance program. *Teaching Public Administration*, 35(1), 22–37. <https://doi.org/10.1177/0144739416665880>
- Grossi, G., & Pianezzi, D. (2018). The new public corruption: Old questions for new challenges. *Accounting Forum*, 42(1), 86–101. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.05.002>
- Hood, C. (1991). A public management for all seasons? *Public Administration*, 69(1), 3–19. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>
- Jia, N., Huang, K. G., & Man Zhang, C. (2019). Public Governance, Corporate Governance, and Firm Innovation: An Examination of State-Owned Enterprises. *Academy of Management Journal*, 62(1), 220–247. <https://doi.org/10.5465/amj.2016.0543>
- Kissler, L., & Heidemann, F. G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, 40(3), 479–499. <https://doi.org/10.1590/s0034-76122006000300008>
- Kitchenham, B. A., Budgen, D., & Brereton, O. P. (2010, April 1). *The value of mapping studies – A participant-observer case study*. <https://doi.org/10.14236/ewic/EASE2010.4>
- Klock, A. C. T. (2018). Mapeamentos e Revisões Sistemáticos da Literatura: um Guia Teórico e Prático. *Cadernos de Informática*, 10(1), 1–9. <https://seer.ufrgs.br/cadernosdeinformatica/article/view/v10n1201801-09>
- Kuziemski, M., & Misuraca, G. (2020). AI governance in the public sector: Three tales from the frontiers of automated decision-making in democratic settings. *Telecommunications Policy*, 44(6), 101976. <https://doi.org/10.1016/j.telpol.2020.101976>

- Lobonț, O. R., Purcarița, R., Vataavu, S., & Costea, F. (2021). A Bibliometric Mapping of the Research Trends of Public Governance and Entrepreneurship Framework. *Postmodern Openings*, 12(1Sup1), 35–53. <https://doi.org/10.18662/po/12.1Sup1/270>
- Lopes, A. V., & Farias, J. S. (2020). How can governance support collaborative innovation in the public sector? A systematic review of the literature. *International Review of Administrative Sciences*, 002085231989344. <https://doi.org/10.1177/0020852319893444>
- Lopes Junior, D. da S., Figueiredo Milani Filho, M. A., Hayashi Junior, P., & Torriani, T. G. (2022). Bibliometric Study on Spirituality in Organizations: An Overview of the Field. *Administração Pública e Gestão Social*, 14. <https://doi.org/10.21118/apgs.v14i4.13889>
- Ma, H., Zeng, S., Lin, H., Chen, H., & Shi, J. J. (2017). The societal governance of megaproject social responsibility. *International Journal of Project Management*, 35(7), 1365–1377. <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2017.01.012>
- Menezes, S. D., & Caregnato, S. E. (2018). Produção científica brasileira em Química entre 2004 e 2013: análise dos artigos indexados na Web of Science. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 23(53), 25–38. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2018v23n53p25>
- Moro dos Santos, L. M., & Alves, M. A. (2020). Formação inicial de professores de Matemática: mapeamento teórico. *Revista de Ensino de Ciências e Matemática*, 11(1), 110–130. <https://doi.org/10.26843/rencima.v11i1.2262>
- NAKAZATO, C. T. I.; SILVA, M. R. da; VICENTIN, I. C. (2021) Comunicação dos princípios de governança pública nos portais governamentais das grandes capitais mundiais: uma visão continental. *Revista Capital Científico - Eletrônica*, 19 (4), 126–141, 2021. DOI: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/6735>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- Nakazato, C. T. I., Silva, M. R. da, & Vicentin, I. C. (2022). Comunicação dos princípios de Governança Pública por meio das mídias sociais nas grandes capitais mundiais. *Navus - Revista de Gestão e Tecnologia*, 12, 01–17. <https://doi.org/10.22279/navus.2022.v12.p01-17.1763>
- Noreikienė, I., & Žilinskas, G. (2017). Participation of Non-government Organizations of People with Disability in Public Governance: Experiences of Klaipėda City Municipality. *Public Policy And Administration*, 16(1), 108–120. <https://doi.org/10.5755/j01.ppaa.16.1.18017>
- Oliver-Mora, M., & Iñiguez-Rueda, L. (2016). El impulso de experiencias desde abajo hacia arriba como mecanismo de participación en el diseño de servicios públicos. *Revista de Administración Pública*, 50(3), 377–394. <https://doi.org/10.1590/0034-7612143984>
- Osborne, S. P. (2006). The New Public Governance? *Public Management Review*, 8(3), 377–387. <https://doi.org/10.1080/14719030600853022>
- Osborne, S. P. (2010). The New Public Governance? In S. P. Osborne (Ed.), *The New Public Governance?: Emerging Perspectives on the Theory and Practice of Public Governance* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203861684>
- Pereira, B. A. D., & Ckagnazaroff, I. B. (2021). Contribuições para a consolidação da New Public Governance: identificação das dimensões para sua análise. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(1), 111–122. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200104>
- Quevedo-Silva, F., Almeida Santos, E. B., Brandão, M. M., & Vils, L. (2016). Estudo Bibliométrico: Orientações sobre sua Aplicação. *Revista Brasileira de Marketing*, 15(2), 246–262. <https://doi.org/10.5585/remark.v15i2.3274>

- Radzik-Maruszak, K. (2016). The Tampere model: an example of implementation of the new public governance idea. *Studia Regionalne i Lokalne*, 64(2), 110–131. <https://doi.org/10.7366/1509499526406>
- Rhodes, R. A. W. (2016). Recovering the Craft of Public Administration. *Public Administration Review*, 76(4), 638–647. <https://doi.org/10.1111/puar.12504>
- Santos, R. R. dos, & Rover, S. (2019). Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. *Revista de Administração Pública*, 53(4), 732–752. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180084>
- Setyaningrum, D., Wardhani, R., & Syakhroza, A. (2017). Good public governance, corruption and public service quality: Indonesia evidence. *International Journal of Applied Business and Economic Research*, 15(19), 327–338. https://serialsjournals.com/abstract/34256_24.pdf
- Silva, M. R. da, & Vicentin, I. C. (2018). Práticas de comunicação da governança pública em municípios brasileiros por intermédio de portais governamentais. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 14(30), 176–201. <https://doi.org/10.3895/rts.v14n30.5808>
- Sørensen, E., & Torfing, J. (2017). Metagoverning Collaborative Innovation in Governance Networks. *The American Review of Public Administration*, 47(7), 826–839. <https://doi.org/10.1177/0275074016643181>
- Sorrentino, M., Sicilia, M., & Howlett, M. (2018). Understanding co-production as a new public governance tool. *Policy and Society*, 37(3), 277–293. <https://doi.org/10.1080/14494035.2018.1521676>
- Sousa, E. da S., & Fontenele, R. E. S. (2019). Mapeamento da produção científica internacional sobre Valores Humanos Básicos. *Em Questão*, 25(3), 214–245. <https://doi.org/10.19132/1808-5245253.214-245>
- Taylor, J. D., Draai, E., & Jakoet-Salie, A. (2020). Creating a virtuous cycle for increased trust in local government. *The Journal for Transdisciplinary Research in Southern Africa*, 16(1), 1–8. <https://doi.org/10.4102/td.v16i1.731>
- Teixeira, A. F., & Gomes, R. C. (2019). Governança pública: uma revisão conceitual. *Revista Do Serviço Público*, 70(4), 519–550. <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3089>
- Torfing, J., Sørensen, E., & Røiseland, A. (2019). Transforming the Public Sector Into an Arena for Co-Creation: Barriers, Drivers, Benefits, and Ways Forward. *Administration & Society*, 51(5), 795–825. <https://doi.org/10.1177/0095399716680057>
- Zhang, J. (2018). Public Governance and Corporate Fraud: Evidence from the Recent Anti-corruption Campaign in China. *Journal of Business Ethics*, 148(2), 375–396. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3025-x>
- Zuiderwijk, A., Chen, Y.-C., & Salem, F. (2021). Implications of the use of artificial intelligence in public governance: A systematic literature review and a research agenda. *Government Information Quarterly*, 38(3), 101577. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101577>
- Zupic, I., & Čater, T. (2015). Bibliometric Methods in Management and Organization. *Organizational Research Methods*, 18(3), 429–472. <https://doi.org/10.1177/1094428114562629>